

# B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • julho de 2017

## FALTA DE PREVENÇÃO CAUSA PREJUÍZOS BILIONÁRIOS



## Visitas de prefeitos à CNM



Prefeita de Ico/CE



Prefeito de Armação dos Búzios/RJ



Prefeito de Coronel Pacheco/MG



Prefeito de Inhapim/MG



Prefeito de Lagoa Nova/RN



Prefeito de Petrolândia/PE



Prefeito de Santa Maria/RN



Prefeito de Valentim Gentil/SP



Prefeito e Vice de Porciúncula/RJ



Prefeito de Iracema/RR



Prefeitos de São Paulo



Vice-Prefeito de Felipe Guerra/RN

## Adicione o WhatsApp da CNM

Os gestores municipais podem receber informações com maior agilidade da Confederação Nacional de Municípios (CNM) pelo WhatsApp. Basta enviar mensagem padrão para o **(61) 9 9977-4508**, com as seguintes informações: UF, Município e cargo.



Entrevista



# Herculano Passos pelo municipalismo: “Na política, temos de escolher um lado”

Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios, o deputado municipalista Herculano Passos (PSD-SP) contou à Confederação Nacional de Municípios (CNM) o que acha que irá mudar dentro do Congresso Nacional, em prol do municipalismo brasileiro, com o surgimento do colegiado.

Lançada durante a *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em maio deste ano, a frente conta atualmente com 197 deputados e 16 senadores. Como explicou Passos, a frente reúne parlamentares que possuem um interesse comum: o desenvolvimento do Ente municipal. Já com alta representatividade dentro do Parlamento, congregados em um grupo para debates e reuniões, os congressistas-membro poderão fazer uso dos consensos adquiridos nas discussões da pauta municipalista para convencer seus pares a votarem a favor dos pleitos dos Municípios.

Confira abaixo entrevista concedida à *Agência CNM* em que Herculano expõe suas expectativas com a Frente e como enxerga o avanço e o fortalecimento do movimento municipalista brasileiro no Legislativo Federal.

**De acordo com o Observatório Político da CNM, o senhor é um dos parlamentares mais comprometidos com a pauta municipalista. Por que o senhor acha importante defender os pleitos dos Municípios?**

**Deputado Herculano Passos** – Já tive a experiência de ser vereador, no Parlamento municipal, fui prefeito da minha cidade de Itu (SP) por dois mandatos e senti a dificuldade de gerenciar um Município, de fazer uma boa gestão com a falta de recursos. Há muitas atribuições e demandas que os Estados e o governo federal exigem dos Municípios e não apresentam a contrapartida. Por isso, como deputado, eu sempre defendo o interesse do Município porque vejo que é lá onde estão as principais demandas, que o povo mais cobra. Por isso que sou municipalista.

**Como a Frente Parlamentar, na qual o senhor será coordenador, poderá fortalecer**

**o municipalismo brasileiro?**

**Deputado Herculano Passos** – Essa Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios brasileiros, que nós formamos, foi criada justamente para acompanhar e fazer andar os projetos que beneficiam os Municípios – e também acompanhar os que prejudicam – e tentar obstruir esses projetos prejudiciais. Nós vamos trabalhar todas as possíveis legislações pertinentes à defesa do Município, a fim de que o Ente possa ter mais arrecadação, como foi o caso da derubada do veto da Reforma do Imposto Sobre Serviços (ISS) e tantos outros projetos que estão em andamento aqui na Câmara dos Deputados. A intenção é justamente envolver a classe política, tanto de deputados como de senadores, para que olhem com bons olhos para o desenvolvimento municipal.

**Qual é a diferença dessa Frente, em defesa dos Municípios, com as outras frentes do Congresso?**

**Deputado Herculano Passos** – Temos o respaldo da CNM, que tem a estrutura onde pretendemos fazer as reuniões. Objetivamos pegar toda a pauta municipalista e debater com os deputados municipalistas para que eles possam convencer seus pares a votarem matérias de interesse da frente. As frentes são organizações que defendem coisas em comum. Tem a Frente da Agricultura, a Frente do Comércio e Bens de Serviço, frentes de cada segmento. As frentes são grupos de parlamentares com interesse em comum. Neste caso, os interesses da frente são os mesmos dos Municípios. A gente vai trabalhar toda a pauta municipalista mesmo que isso nos traga um desgaste político, porque quando defendemos alguma coisa específica é possível que outros saiam



Ag. CNM

prejudicados e, assim, há perdas políticas, como é o caso do piso do magistério. É uma situação delicada, mas, na política, temos de ir para o embate. Na política, temos de escolher um lado.

**Com o desenvolvimento da frente, o municipalismo ficará mais forte e reconhecido dentro do Congresso Nacional?**

**Deputado Herculano Passos** – Com certeza, porque a frente é justamente para debater, reunir e sair dessas discussões com decisão tomada. A frente do municipalismo tem de ser a mais forte do Congresso, por isso, vamos procurar trabalhar a fim de que haja envolvimento dos outros parlamentares, dos prefeitos e dos vereadores. O meu foco e reduzto são prefeituras e vereadores, não tenho igrejas que me apoiem, voto de opinião. O meu voto, o meu eleitorado, é do Ente federado municipal e dos gestores, tanto das câmaras de vereadores e prefeituras. Esse é o meu foco, onde eu convivo e onde eu debato as ideias.

## Editorial

A partir do segundo semestre de 2017, o *Boletim CNM* também terá um breve editorial, além das importantes informações apresentadas por todas as suas páginas. Nesta edição, a matéria de capa trata dos prejuízos sociais, materiais e financeiros causados pelos desastres naturais. Só em 2016, o impacto negativo dos fenômenos superou R\$ 32 bilhões nos Municípios brasileiros.

Outro tema grave abordado por esta publicação, que traz consigo diversas outras problemáticas, é a expansão veloz do crack pelo Brasil. Por conta de recente atuação da prefeitura de São Paulo (SP) para retirar dependentes químicos da chamada “cracolândia”, dados da CNM ganham destaque em diversos jornais.

Uma notícia boa é a possibilidade de encontrar, com facilidade, os editais abertos para captação de

recursos. O sistema – chamado de Êxitos – faz uma varredura das oportunidades de financiamento fornecidas pelo governo federal e pelos organismos internacionais. Conheça melhor essa e outras ferramentas disponíveis pela entidade que podem facilitar na gestão local.

Com discussão a todo vapor, o fim do foro privilegiado também atinge prefeitos. Um clamor social

para acabar com a prerrogativa de função tramita no Congresso Nacional. Pelo texto, apenas os presidentes dos três poderes da República permaneceriam com esse direito. Por fim, um alerta para as regras de parcelamento da dívida previdenciária. Boa leitura!

**Comunicação CNM**

Foto aérea: Themaz Comunicação

## Eventos



# Goiás e Mato Grosso do Sul recebem os primeiros encontros do Diálogo Municipalista

Atenção gestores de Goiás e Mato Grosso do Sul, a nova edição do *Diálogo Municipalista* está chegando em suas regiões. Aproveitem a oportunidade de obter e compartilhar conhecimentos, para aprimorar a gestão, e façam já inscrição *on-line* no *hotsite* do evento. ([www.dialogo.cnm.org.br](http://www.dialogo.cnm.org.br)).

Nos dias 1º e 2 de agosto, o encontro será promovido pela CNM em parceria com a Federação e a Associação Goiana de Municípios (FGM e AGM). A programação propõe debater ações sociais municipalistas, encaminhamentos da pauta prioritária de reivindicação, dentre outros assuntos de relevância para os gestores locais. A agenda será no Cine Teatro São João, Rua Moretti Foggia, s/n, Centro (GO).

Já em Mato Grosso do Sul, o *Diálogo* será promovido entre os dias 3 e 4 de agosto e deve abordar o Desenvolvimento Territorial: Nova Agenda Urbana. Promovidas pela CNM e pela Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), as atividades serão no auditório da entidade estadual, na Av. Eduardo Elias Zahran, 3.179 – Vila Antonio Vendas, Campo Grande (MS).

Por ser gratuito e por ter inscrições limitadas, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) aconselha que os interessados confirmem presença o quanto antes.



Prerrogativas



# Com discussão a todo vapor, fim do foro privilegiado também atinge prefeitos

Crimes cometidos pelo cidadão comum são julgados na justiça comum, chamada de primeira instância. Julgado culpado, o cidadão pode recorrer à segunda instância, ao Tribunal de Justiça, e pode chegar até a terceira e última instância para a palavra final, o Supremo Tribunal Federal (STF). Na esfera política, o assunto é tratado de forma diferente, por enquanto. Prefeitos, governadores, ministros, deputados e senadores, presidente da República, entre outros cargos, possuem um dispositivo legal que os impede de serem investigados pela justiça comum, o chamado foro por prerrogativa de função, popularmente conhecido como foro privilegiado.

No caso específico da gestão municipal, a Constituição Federal de 1988 concede a prerrogativa de foro aos prefeitos, estabelecendo que eles devem ser julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado de seu Município. No entanto, se a competência do suposto crime cometido for da Justiça Federal, o julgamento será feito pelo Tribunal Regional Federal (TRF) e, se for da Justiça Eleitoral, pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Está em análise na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), originária do Senado, que restringe o benefício em caso de crimes comuns. O texto foi aprovado pelo Senado no fim de maio e enviado para a Câmara, onde ainda não recebeu numeração. De acordo com a matéria, continuarão com foro privilegiado apenas o presidente e o vice-presidente da República, o chefe do Judiciário e os presidentes da Câmara e do Senado. Os demais agentes públicos responderão a processos iniciados nas primeiras instâncias da justiça comum.

## Crime de responsabilidade

É importante mencionar que o fim do foro se destina aos crimes comuns que podem ser cometidos por essas categorias. No caso de crimes de responsabilidade supostamente cometidos pelas autoridades, ou seja, aqueles em decorrência do exercício do cargo público, o julgamento continua sendo realizado pelas instâncias mais altas.

Os crimes de responsabilidade abrangem crimes contra o exercício dos direitos políticos, individuais



TRIBUNAL QUE JULGA	QUEM PODE SER JULGADO
TJ	> Prefeitos > Sec. de Estado > Juízes > Membros do MPE
STJ	> Desembargadores > TRT/TRE/TCE/TCM/TRF > MPU > Governadores e vices
TRF	> Juízes Federais > Membros do MPU
STF	> Presidente da República e vice > Deputados e senadores > Embaixadores > Min. Forças Armadas > PGR e AGU > STF/STJ/TSE/TST/STM e TCU

e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; e o cumprimento das leis e das decisões judiciais, de acordo com definição da Lei 1.079/1950 do *Impeachment*.

A admissibilidade da PEC ainda deve ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Uma vez aprovada, a proposta será analisada por comissão especial, criada especificamente com essa finalidade. Depois será votada em dois turnos no Plenário da Casa para, se novamente acatada, envio à sanção presidencial.

**Pauta no STF** – O direito ao foro privilegiado também está em discussão no STF. No momento, ela aguarda retomada ao

julgamento, tendo em vista que o ministro Alexandre de Moraes pediu vistas do processo durante seu julgamento, no início de junho. Até agora, 4 dos 11 ministros do Supremo votaram a favor de limitar o foro somente para atos ligados ao cargo, ocorridos durante o mandato.



## Defesa Civil

# DESASTRES NATURAIS CAUSARAM PREJUÍZOS DE MAIS DE R\$ 32 BILHÕES EM 2016

A ocorrência de desastres naturais no Brasil – causados pelas condições climáticas decorrentes da estiagem ou do excesso de chuvas – acarretou prejuízos de mais de R\$ 32 bilhões aos Municípios brasileiros em 2016. A falta de políticas públicas eficientes por parte da União, que atue tanto na prevenção quanto na resposta a incidência desses fenômenos, inviabiliza ainda mais a gestão local. Essas informações estão em um levantamento do Observatório dos Desastres da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A ausência de ações preventivas da União causa um aumento considerável na formalização de pedido de ajuda das cidades afetadas. Dados do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sindpec), do ano passado, indicam mais de 1.505 decretações de situação de anormalidade, principalmente as ocorrências vinculadas à falta de chuvas. No setor privado, as localidades afetadas pela seca registraram prejuízos de mais de R\$ 27 bilhões em setores essenciais para a economia dos Municípios, como, por exemplo, o agronegócio, a pecuária e a indústria.

Além disso, os desastres impactaram negativamente na infraestrutura, causando estragos em edificações públicas e privadas, estradas e suspensão de serviços essenciais para a população como o fornecimento de água, energia e transporte e no atendimento à educação. A saúde pública municipal ainda teve prejuízos de R\$ 279,3 milhões em 2016. A população também sofreu com perda da moradia, a degradação ambiental e os danos humanos decorrentes de ferimentos e óbitos de pessoas em tragédias associadas aos desastres.





**LEGENDA:**

-  Inundações Graduais
-  Incêndios Florestais
-  Vendavais
-  Seca / Estiagem
-  Deslizamentos de Terra
-  Inundações bruscas  
Enchentes  
Alagamentos  
Enxurradas



Elaboração: Defesa Civil – CNM.

## CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

Para a Confederação, a região Norte, que possui quantidade significativa de rios e altas precipitações pluviométricas, deve redobrar o alerta em relação ao registro de enchentes e inundações. A atuação deve ser semelhante no Sudeste, por conta da ocorrência de alagamentos, enxurradas e enchentes. Também são frequentes os deslizamentos provocados pela ocupação desordenada e da impermeabilização do solo. Em Minas Gerais, especificamente, há ocorrência de dois extremos: enquanto o norte mineiro enfrenta problemas com a estiagem prolongada, o Sul vivencia problemas com o excesso de chuvas.

Já no Centro-Oeste o clima é bem distinto, caracterizado por seis meses de chuvas e mais seis de seca. Na região, os gestores devem ficar atentos à incidência de inundações e incêndios florestais. Por sua vez, o Sul registra as temperaturas mais baixas na época de inverno com a ocorrência de excesso de chuvas e ventos fortes. Por isso, a identificação de desastres relacionados a esses fenômenos são comuns, tais como deslizamentos de



terra, destelhamentos de edificações, inundações e a ocorrência comum de chuvas de granizos. No Nordeste, a seca e a estiagem assolam a população desde o descobrimento do Brasil. Dessa forma, a atenção deve ser constante.

## SECA

As cidades castigadas pela seca tiveram prejuízos de R\$ 27,8 bilhões, dos mais de R\$ 32 bilhões que foram contabilizados ao longo do ano passado, o que corresponde a 84% de todas as ocorrências do período e representa um recorde negativo. De janeiro a dezembro de 2016, os cofres públicos municipais tiveram impacto negativo de R\$ 5,1 bilhões, sendo R\$ 3,7 bilhões com a seca.

O serviço de abastecimento público de água foi mais afetado com a seca, R\$ 3,5 bilhões em perdas. Esse valor corresponde a 94% dos prejuízos públicos. Logo em seguida, vem a interrupção e sobrecarga no setor público de saúde, que apresentou efeito negativo de R\$ 126,7 milhões. Para o cálculo, foram incorporados os prejuízos de desastres secundários causados por doenças decorrentes da desnutrição em crianças e idosos.

No Nordeste, e até no Sudeste — onde tradicionalmente há mais incidência de chuvas —, a população vivenciou dias desoladores com a falta de recursos hídricos. A Agricultura contabilizou perdas de R\$ 17,1 bilhões, e o setor pecuaristas teve impacto negativo de R\$ 5,2 bilhões no mesmo período. Já na indústria, o prejuízo com a estiagem prolongada foi de R\$ 676,8 milhões.

Os impactos chegaram também à educação pública municipal. Dentre os principais problemas enfrentados estão: falta de água para manutenção e limpeza; e para o consumo, e em especial para o cozimento e preparação da merenda es-



colar. Nesse aspecto, os prejuízos chegaram a R\$ 20,4 milhões.

## CHUVAS

Em um país de grande proporção continental e de regiões marcadas por peculiaridades climáticas, as chuvas também castigaram diversas cidades, principalmente as que ficam situadas no Centro-Sul e na Região Norte. O excesso de água foi responsável por prejuízos de R\$ 2,9 bilhões. Nesse aspecto, o impacto negativo no setor privado foi de R\$ 2,5 bilhões. Do montante, a Agricultura foi responsável por R\$ 2,1 bilhões do total; a Pecuária por R\$ 70,3 milhões; e a Indústria por R\$ 283,7 milhões.

A CNM identificou perdas de mais de R\$ 1,1 bilhão nas administrações municipais. Nesse contexto, os setores públicos de abastecimento, saneamento e

esgotamento de água obtiveram as maiores perdas — com R\$ 267,5 e 64,4% do total. Por conta desse fenômeno, os Municípios também sofreram com a interrupção do fornecimento de água e energia. Só a saúde pública registrou R\$ 37,8 milhões em danos. Após as ocorrências, os Municípios tiveram de executar ações de remoção de escombros e limpeza das áreas afetadas para minimizar os efeitos causados pelas enxurradas, inundações, alagamentos e deslizamentos de terra. As perdas superam R\$ 58,5 milhões.

Embora tenha sistematizado a proteção e a defesa civil nacional, o governo federal ainda não encontrou uma forma eficiente de preparação e prevenção de desastre. Segundo avaliação da entidade municipalista, isso ocorre porque a União continua a disponibilizar recursos, geralmente insuficientes, para os Municípios afetados, sem definir uma política eficiente que atue tanto na prevenção quanto nas respostas emergenciais desses eventos.

A Confederação lembra, ainda, que os recursos necessários para obras de reconstrução e reabilitação das áreas afetadas por desastre são elevados. Em alguns casos, a situação é apenas amenizada sendo quase nula a existência de ações de prevenção, e as poucas apresentadas estão longe de encontrar soluções definitivas em obras e ações de minimização dos efeitos causados por desastres.

## Agricultura, Pecuária e Indústria

PREJUÍZOS DESASTRES 2016			
Desastres	Agricultura (R\$)	Pecuária (R\$)	Indústria (R\$)
<b>Seca</b>	17.199.461.154,51	5.233.871.811,11	676.849.098,08
<b>Chuva</b>	2.190.481.376,69	70.352.358,92	283.705.824,31
<b>Outros</b>	17.279.265,98	17.697.260,00	47.398.320,00
<b>Total</b>	<b>19.407.221.797,18</b>	<b>5.321.921.430,03</b>	<b>1.007.953.242,39</b>

ERC



ERC



PREJUÍZOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DESASTRES 2016 – SECA				
Setores	Saúde (R\$)	Água (R\$)	Ensino (R\$)	Total (R\$)
	126.736.765,32	3.590.721.877,81	20.445.582,75	<b>3.796.765.303,40</b>

Fonte: Sedec/MI, elaboração da área técnica de Defesa Civil da CNM.

PREJUÍZOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DESASTRES 2016 – CHUVAS				
Setores	Água – Saneamento (R\$)	Limpeza (R\$)	Saúde (R\$)	Total (R\$)
	267.520.311,52	58.532.892,92	37.832.762,93	<b>1.135.854.222,05</b>

Fonte: Sedec/MI, elaboração da área técnica de Defesa Civil da CNM.



Em estudos anteriores, a CNM mostrou o mesmo cenário de prejuízos humanos, sociais, ambientais e financeiros. De 2012 a 2015, a entidade contabilizou perdas de R\$ 173,5 bilhões. Desse montante, R\$ 151 bilhões foram causados pelas secas e R\$ 20,4 bilhões pelo excesso de chuvas. Quando somado aos valores de 2016, o valor ultrapassa R\$ 205,5 bilhões. Entre os anos de 2005 a 2016, ocorreram mais de 25.540 decretações de situação de anormalidade.

Diante dessa realidade, o *Observatório dos Desastres Naturais* da CNM

tem o objetivo de manter informados todos os gestores sobre as ações de proteção e defesa civil que ocorrem no Brasil e também dos problemas provocados pelos desastres naturais que tanto assolam os Municípios. Desde 2015, o *hotsite* é mais uma ferramenta desenvolvida pela Confederação que divulga materiais como cartilhas, pesquisas, análises, estudos, notas técnicas e experiências de boas práticas municipais na gestão de riscos de desastres. Ele pode ser acessado pelo site: [www.desastres.cnm.org.br](http://www.desastres.cnm.org.br).

Trabalho



# Desemprego ainda é elevado, mas gestores podem contribuir com a questão

O Brasil começa a dar os primeiros passos para se erguer do abismo onde habitam as assombrosas estatísticas de desemprego. Em março deste ano, o país possuía um saldo negativo de 63.624 vagas de trabalho formal, sem ajustes. Um mês mais tarde, o saldo ficou positivo em 59.856 postos. As informações foram publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A pesquisa revela que o setor de serviços apresentou, em abril, o maior saldo de empregos. Ao todo, foram 24.712. Em segundo lugar aparece a agropecuária, responsável por 14.648 postos, seguida da indústria de transformação, com 13.689 vagas de trabalho. A construção civil foi o único setor onde houve encolhimento do saldo de empregos no mês.

Das cinco regiões brasileiras, três tiveram saldo positivo de emprego. Foram elas as regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste. Os cálculos levam em conta o total de admissões e o total de desligamentos, também no mês de abril. Já nas regiões Norte e Nordeste, houve encolhimento no número de vagas. Confira na tabela abaixo.

## Histórico

Aos poucos, o Brasil vai recuperando o folêgo. Porém, durante muitos anos, o país viveu mergulhado em estatísticas negativas, das quais as taxas de desocupados fazem parte. Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geo-



grafia e Estatística revela que, no primeiro trimestre de 2015, havia 7.934 pessoas de 14 anos ou mais desocupadas no país. Em 2016, esse número subiu para 11.089, considerando o mesmo período.

Este ano, a estimativa é de que o país possui ao menos 14.176 desocupados. As informações constam da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), que faz um acompanhamento periódico do número de indivíduos dentro e fora da força de trabalho.

## Economia local

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem acompanhado o relato de centenas de gestores municipais, que sentem de perto os efeitos negativos da crise. Contudo, a entidade acredita no protagonismo dos Municípios em estimular a economia local.

Uma das orientações é que os prefeitos incentivem a formalização dos pequenos negócios, na modalidade de Microempreendedores Individuais (MEI). Além de fortalecer a economia própria, a medida traz outros benefícios como a geração de emprego e renda. Os recursos que chegam podem ser empregados em políticas públicas de acordo com os interesses da comunidade. É o início de um ciclo virtuoso que pode impulsionar o país a se reerguer mais rapidamente.

A Confederação possui uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Assim, os gestores municipais interessados podem entrar em contato com a área de Finanças da entidade e obter mais informações.

## BRASIL – SALDO DE EMPREGO POR GRANDES REGIÕES – ABRIL 2017

NÍVEL GEOGRÁFICO	abr/17				NO ANO**				EM 12 MESES***			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAÇ. EMPR %*	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAÇ. EMPR %*	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAÇ. EMPR %*
NORTE	42.811	43.950	-1.139	-0,07	197.510	212.980	-15.470	-0,88	616.810	683.346	-66.536	-3,69
NORDESTE	146.051	147.170	-1.119	-0,02	639.091	746.088	-106.997	-1,68	2.035.652	2.220.127	-184.475	-2,86
SUDESTE	607.730	561.691	46.039	0,23	2.550.664	2.541.073	9.591	0,05	7.418.217	8.004.431	-586.214	-2,84
SUL	235.313	229.776	5.537	0,08	1.103.139	1.033.932	69.207	0,98	2.944.060	3.034.909	-90.849	-1,26
CENTRO-OESTE	109.945	99.407	10.538	0,34	492.034	449.298	42.736	1,37	1.385.487	1.427.309	-41.822	-1,31

Regras



# ATENÇÃO: governo define regras para parcelamento da dívida previdenciária

As regras para o parcelamento de débitos previdenciários de Municípios, Estados e do Distrito Federal com a União foram definidas e publicadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela Receita Federal do Brasil (RFB). Os textos normatizam as condições previstas na Medida Provisória (MP) 778/2017. A matéria estabelece o prazo de 31 de julho de 2017 para protocolar o pedido, no Atendimento Residual das unidades da PGFN ou no Atendimento Integrado da Receita Federal do Brasil (RFB).

De acordo com as normativas, o deferimento do pedido de adesão estará condicionado ao cumprimento dos requisitos formais determinados e ao pagamento da primeira parcela. O parcelamento dos débitos pode ser feito em até 200 vezes. No entanto, serão aplicados os seguintes percentuais de redução: 25% dos valores relativos às multas de mora, de ofício e isoladas e encargos legais, inclusive honorários advocatícios; e 80% do valor relativo aos juros de mora.

Os débitos poderão ser liquidados por meio de pagamento à vista e em espécie de 2,4% do valor total da dívida consolidada, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, vencíveis entre julho e dezembro de 2017; e o pagamento do restante da dívida consolidada em até 194 parcelas, vencíveis a partir de janeiro de 2018. O valor da parcela não pode ser inferior a R\$ 500.

No caso dos débitos junto à PGFN, é obriga-

ção do gestor municipal acessar o Centro Virtual de Atendimento da PGFN (e-CAC PGFN), disponível na internet, para obter o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) para pagamento. Passados 90 dias da data do protocolo do pedido de parcelamento, se não houver manifestação da autoridade competente, o parcelamento será considerado automaticamente deferido.

Além disso, os gestores locais devem acessar mensalmente o e-CAC para acompanhar a situação do parcelamento e emissão de Darf para pagamento das parcelas, observando o prazo de vencimento – último dia útil de cada mês. A medida vale até que a sistemática de retenção e repasse de valores do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) seja implementada pela PGFN.

## Desistência de parcelamentos anteriores

O Ente que desejar parcelar débitos objeto de parcelamentos em curso deverá apresentar, juntamente com o pedido de parcelamento, termo de desistência de parcelamentos anteriores. No caso de autarquias e fundações públicas, é necessário um pedido de forma separada. Destaca-se que não serão restabelecidos parcelamentos para os quais houver desistência caso os pedidos de adesão ao parcelamento previstos na portaria sejam cancelados ou não produzam efeitos.

## PARCELAMENTO DAS DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS



### A DATA-LIMITE PARA O PEDIDO DE PAR-CE-LA-MEN-TO

A SOLICITAÇÃO DEVE SER PROTOCOLADA NO ATENDIMENTO RESIDUAL DAS UNIDADES DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL OU NO ATENDIMENTO INTEGRADO DA RECEITA FEDERAL

PARCELAMENTO EM ATÉ **200 VEZES**  
LIMITADO A 1% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ENTRADA  
PAGAMENTO À VISTA E EM ESPÉCIE DE **2,4%**  
DO VALOR TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA, SEM REDUÇÕES, EM ATÉ SEIS PARCELAS IGUAIS E SUCESSIVAS, VENCÍVEIS ENTRE JULHO E DEZEMBRO DE 2017.

REDUÇÃO EM **80%**  
DO VALOR RELATIVO AOS JUROS DE MORA

REDUÇÃO EM **25%**  
DOS VALORES RELATIVOS ÀS MULTAS DE MORA, DE OFÍCIO E ISOLADAS E ENCARGOS LEGAIS

PAGAMENTO DO RESTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA EM **ATÉ 194 PARCELAS**, VENCÍVEIS A PARTIR DE JANEIRO DE 2018, COM AS DEVIDAS REDUÇÕES.

A MEDIDA VAI GERAR UMA ECONOMIA AOS MUNICÍPIOS DE **R\$ 30 BILHÕES**

A CNM VEM BUSCANDO JUNTO AO EXECUTIVO E AO LEGISLATIVO A EXTENSÃO DAS CONDIÇÕES AOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, BEM COMO OUTROS APERFEIÇOAMENTOS NO TEXTO.



Previdência GVV

Crack

# Dados da CNM ganham destaque e

Cerca de 5% da população mundial consumiu algum tipo de droga em 2015. O percentual representa aproximadamente 250 milhões de pessoas. E pelo menos 190 mil morreram prematuramente neste mesmo ano por causas diretas relacionadas ao uso de entorpecentes. Os dados constam do Relatório Mundial sobre Drogas, divulgado em junho pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Recentemente, ação realizada pela prefeitura de São Paulo para retirar dependentes químicos da chamada “cracolândia” reacendeu o debate sobre a circulação e o consumo de drogas no país. Estudo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo destaca que a quantidade média de usuários de drogas que frequentam a região cresceu 160% nos meses de abril e maio de 2017 em relação ao mesmo período de 2016.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) acredita que as discussões sobre a epidemia das drogas são de extrema relevância para a sociedade brasileira e reforça que a temática do crack merece atenção da esfera governamental. Há anos, a CNM vem alertando que a circulação das drogas, em especial o crack, tem se expandido em grande velocidade.

A entidade aponta, ainda, outro agravante: a migração das drogas dos grandes centros urbanos para o interior do Brasil. Pesquisa realizada pela Confederação mostrou que, há seis anos, 98% dos Municípios brasileiros já sofriam com problemas relacionados às drogas. Além disso, a entidade destaca a falta de investimentos, apontando que os recursos previstos em alguns programas sofreram contingenciamento.

Para a CNM, o avanço das drogas pelo interior do Brasil não melhorou com o passar do tempo e tem se acentuado em Municípios menores e rurais, como aqueles que possuem menos de sete mil habitantes. Destaca, ainda, que, em muitas dessas cidades, o nível do problema é considerado muito alto.

Essa realidade pode ser verificada por meio do **Observatório do Crack**. A ferramenta – amplamente difundida pela imprensa nacional – foi desenvolvida pela Confederação com o objetivo de acompanhar a evolução do tema da toxicod dependência em todos os Municípios brasileiros. Por meio do *Observatório*, é possível obter um retrato da realidade corrente,

além das ações desenvolvidas, dos investimentos realizados e dos resultados obtidos.

O *Observatório* é constantemente atualizado com informações enviadas pelas próprias prefeituras e tem servido de base para a realização de diagnósticos e ações de prevenção e combate às drogas. Diante da importância da temática e da atuação do poder público, a CNM recomenda que os gestores municipais mantenham as informações atualizadas. Isso deve ser feito por meio de senha de acesso individual, solicitada pelo gestor municipal pelo e-mail [observatorio@cnm.org.br](mailto:observatorio@cnm.org.br).

## Vulnerabilidade

O estudo da CNM inclui grandes cidades do interior na “lista vermelha” da droga. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que os brasileiros já somam 20% do total mundial de consumidores de cocaína e crack. As drogas atingem um público variado, de menores em idade escolar a idosos.

Segundo texto divulgado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPBH), a chegada do crack à terceira idade é um fenômeno relativamente novo, mas já é uma realidade em muitas regiões. De acordo com especialistas ouvidos pela MPBH, muitos idosos recorrem à droga à procura de uma nova forma de prazer e para superar dificuldades típicas da velhice. Afirmam que a maioria custeia o vício com a aposen-

tadoria e chega até a fazer empréstimos bancários.

Na outra ponta, informações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) ressaltam que o consumo de drogas está presente em 32,1% das escolas brasileiras de ensino médio e fundamental. O tráfico de entorpecentes aparece em 21,7% desses estabelecimentos. As escolas públicas apresentam os maiores índices, tanto de consumo de drogas quanto de violência.

## Saúde Pública

As políticas públicas sobre drogas precisam trabalhar alternativas que possam promover a interação no atendimento aos dependentes químicos, englobando a redução de danos e o tratamento aos dependentes, bem como a reinserção social. A CNM entende a complexidade do tema e, por esse motivo, defende uma abordagem integrada no trabalho das redes de apoio ao usuário de drogas.

Para a área técnica de Saúde da CNM, o primeiro desafio para os gestores é compreender que essa temática deve ser abordada como um assunto de saúde. O gestor deve enxergar e compreender que os dependentes se encontram em sofrimento psíquico, precisam ser enxergados, acolhidos e tratados, assim como suas famílias. Além disso, a dependência química deve ser, antes de tudo, tema de prevenção. É necessário informar as pessoas

## Recursos x atendimento

A CNM também vem alertando que os recursos federais – além de apresentarem queda – acabam sendo contingenciados. Destaca-se que, há três anos, a União destinou R\$ 1,37 bilhão à área de saúde mental. Neste ano, o valor reservado caiu para R\$ 1,2 bilhão. Foi apontada uma redução de 5% nos registros de tratamentos realizados com verba federal.

O Sistema Único de Saúde (SUS) relatou 3.819.947 atendimentos especializados em 2015. No ano passado, o número geral caiu 5%, para 3.627.826, de acordo com informações de *O Estado de S. Paulo*. Para o Ministério da Saúde, a redução no número de procedimentos entre um ano e outro não significa diminuição na assistência de pacientes. De acordo com a pasta, o plano brasileiro para saúde mental não foi ainda implementado nos Municípios de forma plena.

Alia-se à redução de recursos o fato de a rede de atendimento não crescer. Atualmente, existem no país 104 consultórios de rua, ferramenta que visa a facilitar o acesso a dependentes. O número representa dois a menos do que em 2016.



# Alertam para problema das drogas



sobre as consequências do uso abusivo de álcool, cigarro de tabaco, bebidas, maconha, cocaína, *crack*, *ecstasy* e tantas outras substâncias.

Sobre os serviços públicos necessários para compreender e aplicar ações focadas à saúde mental, os Municípios devem articular sua rede básica de Saúde, Assistência e Educação: equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), Centro de Referência de Assistência Social (Cras), professores, direções de escola. Essas equipes devem ser capacitadas e poder apoiar uma a outra, por meio de ações chamadas de matriciamento – onde a prevenção ou até acolhimento e tratamento de casos específicos – são regularmente discutidos pela equipe matricial, de forma ampliada e multidisciplinar.



A CNM e a União Europeia promovem um projeto de enfrentamento às drogas em 13 Municípios paraibanos e em Carnaúba dos Dantas (RN). O projeto prevê trabalhar a problemática por meio de rede formada pelas secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social e a sociedade civil. O objetivo é assistir dependentes químicos e suas famílias, além de propor alternativas de reinscrição social àqueles que buscam tratamento dentro da rede assistencial. Saiba mais sobre a temática pelo [www.reinserir.cnm.org.br](http://www.reinserir.cnm.org.br).

Almoço com parlamentares



# Parlamentares recebem agradecimento pela derrubada do veto ao ISS

Com objetivo de debater a pauta municipalista e agradecer aos parlamentares pela atuação na derrubada do veto ao projeto que trata da reforma do Imposto sobre Serviços (ISS), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu mais um almoço com parlamentares. O encontro, ocorrido no início de junho, foi doutrinado pelo presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski.

Ele destacou a importância da atuação dos parlamentares na sessão que derrubou o veto e que vai possibilitar a redistribuição de aproximadamente R\$ 6 bilhões a todo país. "Quero agradecer imensamente os parlamentares em nome de todos os Municípios. Na nossa avaliação, esse momento vai para a história. Isso representa o início de uma mudança no pacto federativo", disse.



**Deputada Luzia Pereira (PPS-MG)**

"Existem muitas outras pautas que nós podemos medir forças para modificar, inclusive, essa injusta distribuição de recursos e mudar essa lógica dos recursos concentrados na União."

**Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS)**

"Com as pautas municipalistas em permanente discussão, vamos fazer com que os deputados percebam o interesse do Município. Isso vai aprofundar muito a relação e vai, certamente, obrigar se desenhar na Reforma Tributária o novo pacto federativo."



**Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA)**

"Percebo que há uma aproximação da consciência média dos congressistas, tanto na Câmara, quanto no Senado, da agenda municipalista, do municipalismo como uma concepção que tenta valorizar este Ente do modelo federativo, em que é desprestigiado."

**Deputado Zé Carlos (PT-MA)**

"O prefeito é o para-raio de todas as ansiedades que a população exige de melhorias. Portanto, nós, aqui, temos de pensar em como fortalecer os Municípios, a autonomia e os recursos adequados para que os Municípios possam se desenvolver."



**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

"A luta para que o governo federal não repasse novas obrigações às cidades brasileiras sem que elas recebam o recurso correspondente e a derrubada do veto do ISS fazem parte de um conjunto que tem por objetivo fortalecer essa unidade federativa tão sacrificada, os Municípios brasileiros."

**Deputado Ezequiel Fonseca (PP-MT)**

"Hoje está muito claro para os parlamentares que as coisas acontecem no Município e que a distribuição do recurso precisa chegar lá na ponta."



**Deputado Goulart (PSD-SP)**

"Vamos trabalhar muito com a CNM, com a orientação do nosso presidente Paulo Ziulkoski, para que os mandatos de todos os deputados municipalistas possam ser importante para a causa dos Municípios."

**Deputado Roberto Brito (PP-BA)**  
"Sei exatamente as agruras e os problemas dos Municípios. Estou otimista quanto à participação do Congresso na defesa maior dos Municípios."



**Deputada Pollyana Gama (PPS-SP)**

"Acredito que cada vez mais a pauta condicionante no Congresso é a que promove o fortalecimento dos Municípios, como foi o caso da derrubada do veto do ISS."

**Senador Wellington Fagundes (PR-MT)**

"Hoje, para o poder Executivo, principalmente as prefeituras, não está sobrando quase nada para investimento, e toda demanda está lá, concentrada no Município."



**Deputado Wilson Beserra (PMDB-RJ)**

"A derrubada do veto do ISS foi um passo entre tantos outros que temos de dar para apoiar os Municípios. Sugerir inclusive que criássemos aqui em Brasília um escritório de gerenciamento de projetos para dar apoio aos Municípios brasileiros na questão da busca de recursos nos ministérios."

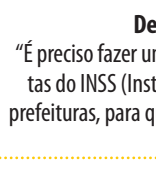
**Deputado Zé Augusto Nalin (PMDB-RJ)**

"Está se tomando uma conscientização, e acho que isso não tem volta mais, para que os Municípios tenham uma real participação no todo."



**Deputado Herculano Passos (PSD-SP)**

"A integração entre a CNM e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Brasileiros é importantíssima para que a gente conheça toda a intenção das prefeituras, dos Municípios, dos prefeitos, para que possamos fortalecer o Município."



**Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)**

"É preciso fazer uma renegociação e um encontro de contas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) com as prefeituras, para que as prefeituras possam andar em dia."



**Deputada Cleuza Pereira (PSB-PE)**

"Estamos vendo agora esse municipalismo, assumido pelos próprios Municípios que muitos não assumiam em face da crise, o federalismo ressuscitando. A gente espera que, de fato, um quadro novo esteja se desenhando."

Estudo



# Maioria dos gestores considera ruim a situação em que receberam as prefeituras

Os efeitos da crise econômica no país, o excesso de atribuições e a distorção do modelo atual de distribuição do bolo tributário previsto no pacto federativo têm comprometido o início da gestão em várias cidades brasileiras. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) fez um levantamento com os prefeitos eleitos e reeleitos nas últimas eleições sobre os primeiros meses de mandato. A maioria dos gestores avaliou de forma negativa as condições que assumiram as prefeituras.

O endividamento municipal norteou o levantamento, que levou em conta a previdência, o pagamento de pessoal e os fornecedores. A pesquisa da entidade foi feita por meio de um questionário que contou com a participação de 42,4% dos gestores. Esse percentual corresponde a 2.361 prefeitos dos 5.568 no país. A constatação é que, de forma geral, as prefeituras não vão bem. Esse posicionamento foi reforçado por 59,2% dos gestores que responderam à pesquisa. Eles avaliaram como ruim a situação em que receberam as prefeituras.

Abordados no estudo, os débitos previdenciários são problemas enfrentados por 67,4% dos gestores, sendo que desses 24,9% não estão com o parcelamento em dia. Essa situação pode acarretar na retenção do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A amostra também apontou que apenas 37,6% dos Municípios que responderam à pesquisa possuem fundo próprio de previdência. Dos que possuem, 55,2% estão em débito com o fundo. Nesse sentido, um cálculo da CNM estima que o valor da dívida municipal com o fundo próprio, em média, é de R\$ 2,1 milhões.

## FPM e ICMS

Principais fontes de receita dos Municípios com menos de 50 mil habitantes (representam 88% das 5.568 cidades do país), os recursos do FPM e da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não são considerados suficientes para equilibrar as contas na avaliação de 61,1% dos gestores dos Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Essa situação faz com que a CNM ressalte a importância de os gestores locais realizarem planejamentos financeiros cautelosos e que procurem ma-



Prof. Duas Barras/MG

ximizar outras fontes de recursos para que cumpram as obrigações financeiras.

## Pagamento de funcionários

O estudo da CNM também identificou que 10,6% dos Municípios pesquisados afirmaram que atrasaram a folha de pagamento de pessoal da prefeitura. Segundo o levantamento, a falta de recursos também inviabilizou o pagamento do 13º salário de muitos funcionários municipais no ano passado. Nesse aspecto, a pesquisa constatou que 8,9% dos Municípios não conseguiram pagar em dia o salário extra dos servidores.

Já o Piso do Magistério, estabelecido em R\$ 2.298,85 para 40 horas e R\$ 1.149,43 para 20 horas, é pago por 76,1% dos gestores entrevistados. Outros 15,7% não conseguem pagar. Esses valores comprometem boa parte da realidade das atuais receitas dos Municípios destinadas ao pagamento de servidores. Diante disso, a CNM reforça que a falta de fonte de financiamento torna inviável a sustentação do atual critério de reajuste que determinou essa atualização do piso do magistério para os regimes de contratação.

## Restos a Pagar

O estudo da CNM ainda questionou aos gestores sobre as obras ou os equipamentos oriundos de

convênios com a União pendentes de pagamento. Nas respostas, 63,9% afirmaram que existe pendência, sendo que desse universo 61,1% disseram que o Município ficou com Restos a Pagar descobertos em virtude destes convênios.

**Os recursos correntes (FPM, ICMS etc.) serão suficientes para "colocar a casa em ordem" nestes primeiros meses de sua administração?**

Sim	819	34,7%
Não	1.443	61,1%
Não responderam	100	4,2%
<b>Total</b>	<b>2.362</b>	<b>100,0%</b>

**O Município ficou com restos a pagar a descoberto em virtude desses convênios?**

Sim	923	61,1%
Não	525	34,8%
Não responderam	62	4,1%
<b>Total</b>	<b>1.510</b>	<b>100,0%</b>

Ferramentas



# Conheça oportunidades de captação de recursos para a administração municipal

Mais de 4 mil oportunidades devem auxiliar os gestores na captação de recursos para a administração municipal. A ferramenta responsável por esse trabalho é a **Êxitos: Oportunidades de Captação de Recursos**, que faz uma varredura das oportunidades de financiamento fornecidas pelo governo federal e pelos organismos internacionais.

O escopo da ferramenta é facilitar o trabalho das prefeituras, que não precisam acessar órgão por órgão para saber se os editais estão disponíveis. Além disso, a ferramenta também informa ao Município quais são as atribuições dele para captar o recurso e quais os custos reais de manutenção dos serviços. O sistema apresenta ainda o custo real que o Município terá na construção e na implementação de novos serviços à comunidade.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, destaca que a ferramenta, disponível no Conteúdo Exclusivo do site da entidade, favorece a difusão de oportunidades, como meio de obter recursos para melhorar a qualidade de vida da população. **“É importante que todos os prefeitos e demais gestores das administrações municipais se mantenham informados. Conhecer e acompanhar temas em debate permite sua discussão e a indicação de caminhos para superar dificuldades”**, destaca.

O projeto foi implantado, pioneiramente, na região Norte com apoio da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (FAMEP). Além de Muaná, a maioria dos 144 Municípios paraenses, reconhece a importância da ferramenta e se prepara para usar a plataforma no dia a dia da administração. Em parceria com a Confederação, a Famep promoveu um seminário de captação de recursos, com mais 200 gestores municipais. Atualmente, a entidade estadual criou o grupo relacionamento no *WhatsApp* para viabilizar o compartilhamento de informações sobre o Êxitos.



Muaná/PA

## Êxito na Êxitos

O prefeito de Muaná (PA), Sérgio Murilo dos Santos, relatou as dificuldades dos Municípios em captarem recursos e do apoio que a Confederação vai proporcionar ao sistema. “Nós temos a informação de que todo final de ano são devolvidos milhões de reais aos cofres da União por falta de projetos municipais e isso faz uma diferença imensa no desenvolvimento dos Municípios. Esse é um novo momento para os Municípios em que vai ser possível acessar com qualidade estes recursos”.

Os Municípios contribuintes com à CNM podem acessar a plataforma no Conteúdo Exclusivo. Para ingressar no espaço, os gestores devem solicitar a senha para a área de Atendimento Institucional da CNM por meio do e-mail atendimento@cnm.org.br ou pelo telefone (61) 2101-6655. No espaço restrito, os gestores também poderão se manter atualizados sobre eventos, mobilizações e outras iniciativas realizadas pela Confederação em todo o Brasil.



Muaná/PA

Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.  
**Presidente:** Paulo Roberto Ziulkoski • **Diretor de Gestão:** Gustavo Cezário • **Jornalista responsável:** Tairo Arrial e Raquel Montalvão • **Reportagens:** Allan Oliveira, Gabriela Salcedo, Mabilia Souza, Raquel Montalvão, Vira Limongi, Viviane Cruz. **Colaboradores:** Áreas Técnicas da CNM • **Fotos:** Agência CNM • **Revisão:** Keila Mariana de A. O. Pacheco • **Diagramação:** Themaz Comunicação.  
**Endereço:** SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • **Telefone:** (61) 2101-6000 • **Fax:** (61) 2101-6008 • **E-mail:** atendimento@cnm.org.br • **Site:** www.cnm.org.br